



RELATÓRIO E CONTAS 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

I

IDENTIDADE, GOVERNO SOCIAL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Como enunciado nos anteriores relatórios de gestão, a Fundação Sophia é uma instituição particular de solidariedade social que tem por finalidade principal a protecção à população idosa ou em situação de dependência e apoio à família, bem como a promoção e protecção da saúde e a prevenção da doença e, ainda o desenvolvimento de cuidados continuados integrados de saúde e apoio social.

Secundariamente, promove iniciativas de índole formativa e educativa, bem como de animação sociocultural, para além de, instrumentalmente, desenvolver parcerias em vários sectores de actividade cujos resultados económicos contribuem exclusivamente para o financiamento daquelas sobreditas finalidades.

A actividade desenvolvida no âmbito da intervenção social manteve-se orgânica e funcionalmente ligada à Fundação, sendo que as actividades de cariz instrumental, tendo em vista a optimização da sua gestão e o reforço da capacitação e da qualificação operacional, continuaram autonomamente geridas pelas sociedades unipessoais por quotas, Sophia Social, Sophia Saúde e Sophia Serviços.

A Fundação não registou alterações na composição dos órgãos sociais, tendo os seus mandatos sido renovados, e manteve no essencial a sua estrutura organizacional. Alterada a factualidade que havia determinado a delegação de competência no Vice-Presidente, o Presidente da Fundação passou, nos termos estatutários, a desempenhar as funções de Administrador Executivo, por inerência do cargo, sem prejuízo da repartição de áreas de maior acompanhamento por cada um dos membros do Conselho de Administração.

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible scribbles.

II

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O exercício de 2023 foi ainda condicionado pelas consequências da crise resultante do período pandémica e, também, da guerra na Ucrânia, ainda em curso, com disrupções no abastecimento e preços de matérias-primas, bens intermédios e de consumo final, nomeadamente, de energia e bens alimentares, com impacto significativo na actividade desenvolvida e reflexo no domínio económico e financeiro. Assistimos a uma subida rápida da inflação¹ e alteração na política monetária: as taxas de juro diretoras do BCE eram p.e. em março de 2023 de 3,5% (em dezembro de 2022 era de 2,5%), enquanto o índice nominal de preços de alimentos passou de 100 para 130 em 2023².

A Fundação, face à crise e aos seus efeitos, ainda muito difíceis de medir e sem perder o enfoque na protecção e segurança de todos quantos nela se acolhem ou trabalham, continuou a desenvolver esforços no sentido da recuperação da atividade produtiva tanto no âmbito dos seus serviços e equipamentos sociais como no que respeita à atividade em saúde, área em que este esforço tem vindo a deparar com maiores dificuldades.

III

ANÁLISE DO DESEMPENHO E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A actividade institucional em 2023 registou, em termos de vendas e serviços prestados, uma diminuição global relativamente ao ano anterior, resultante sobretudo da atividade registada da unidade hospitalar. Os resultados operacionais ainda que negativos, exceto na atividade da Sophia Residence, os mesmos apresentam uma evolução positivas.

¹ Em 2023, o Índice de Preços no Consumidor (IPC), de acordo com o INE, registou uma variação média anual significativa de 4,3%, embora inferior à registada no conjunto do ano 2022 (7,8%).

² Ver <https://www.ppeari.gov.pt/documents/35086/330536/Artigo+02-2023+-Impacto+da+Guerra+na+Ucr%C3%A2nia.pdf/aea283a4-26b4-248a-8d91-e526e3c1f10c?t=1682341636438>

Não se mostrou ainda possível retomar na dimensão pretendida a trajectória de estabilização e equilíbrio da situação económica e da posição financeira da Fundação, iniciada no ano de 2018.

Os resultados líquidos das várias respostas atingiram globalmente um montante positivo de 165 465,55€.

Os quadros *infra* espelham a variação da actividade institucional, relevando do lado dos *rendimentos operacionais* um aumento de 11,46% e no lado dos *gastos operacionais* uma redução de 8,05%, relativamente ao período homólogo, como se assinala:

		2023	2022			2023	2022
GASTOS	GASTOS OPERACIONAIS (sem os gastos c/daproc.)	3 305 323,30	3 680 246,46	RENDIMENTOS	RENDIMENTOS OPERACIONAIS	3 730 800,30	3 355 388,35
	Diferença	-374 717,16			Diferença	394 512,14	
	GASTOS COM DEPRECIACÕES	161 124,92	158 560,19		RENDIMENTOS FINANCEIROS	323,00	313,06
	Diferença	5 564,73			Diferença	-3,04	
	GASTOS FINANCEIROS	45 300,64	37 835,84				
	Diferença	28 265,80					

Atentando nos **gastos** incorridos no período económico em referência salienta-se não só o esforço na racionalização e contenção de custos, mas também a relação inversa ao acréscimo do montante de rendimentos, como melhor resulta dos quadros seguintes.

GASTOS OPERACIONAIS	2023	2022	DIF* (€)	DIF* (%)
Custo Merc.Vend.Nat.Consum.	633 239,84	687 460,67	-54 220,83	-7,89%
Fornecimentos e Serviços Externos	819 870,44	966 931,08	-147 060,64	-15,21%
Gastos com Pessoal	1 671 873,56	1 728 827,69	-56 954,13	-3,29%
Perdas por Imparidade	578,77	125,64	453,13	-
Outros Gastos e Perdas	239 960,69	296 895,38	-56 934,69	-19,18%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	164 124,92	158 560,19	5 564,73	3,51%
	3 529 648,22	3 838 800,65	-309 152,43	-8,05%

Manteve sem alteração significativa o peso relativo de cada uma das naturezas no total de gastos.

Como já se referiu no passado o aumento da remuneração mínima mensal garantida, introduz o inerente esmagamento das remunerações trabalhadores especializados e qualificados, bem como dos quadros médios e superiores, níveis excessivos de rotação laboral e consequentes constrangimentos de ordem organizacional e de funcionamento, nomeadamente no que respeita às dificuldades de recrutamento, com inevitável incremento do recurso substitutivo à prestação externa de serviços.

Uma palavra, ainda, sobre o ligeiro aumento dos gastos/reversões com *depreciações e amortizações*, denuncia o facto de a par de a generalidade dos activos tangíveis, nomeadamente equipamentos, ter atingido o prazo legal de depreciação, não se mostrou ainda possível executar plenamente o plano de investimentos em curso.

Por seu turno, como evidenciado pelo quadro *infra*, não obstante o aumento de **rendimentos**, resultante em grande medida da receita extraordinária decorrente da alienação do prédio da Rua António José de Almeida, manteve-se a respectiva estrutura, sendo que a maioria continua a advir da prestação de serviços. Assinale-se que a sua redução, como atrás referido, decorre do impacto negativo relativo à atividade da unidade de saúde, retoma que se espera ocorrer no próximo ano.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2023	2022	DIFª (€)	DIFª (%)
Serviços Prestados	2 094 786,65	2 379 805,05	-285 018,40	-11,98%
Subsídios	961 440,97	884 015,94	77 425,03	8,76%
Reversões	7 634,98	2 298,91	5 336,07	232,11%
Outros rendimentos e ganhos	676 029,79	89 260,35	586 769,44	657,37%
	3 739 892,39	3 355 380,25	384 512,14	11,46%

No que diz respeito ao **volume global de facturação**, verificou-se um decréscimo de 285.018,40€ (11,98%) relativamente a 2022, sendo que:

- a intervenção social apresentou um acréscimo resultante, do aumento do número médio de utentes, bem como da atualização do valor das participações nos equipamentos sociais

- no que diz respeito às actividades em saúde, verificou-se um decréscimo de, devido sobretudo ao decréscimo do movimento cirúrgico, em particular do SIGIC.
- relativamente aos serviços comunitários e, nomeadamente, no que diz respeito à Sophia Senior Residence registou-se um acréscimo relativamente a 2022.

Ainda no plano dos rendimentos, pela sua relevância, importa referir a evolução do *apoio financeiro público* relativo ao funcionamento de equipamentos e serviços que prestam respostas sociais e cuidados integrados, o qual teve um incremento respetivamente de 4,87% e 18,02%, o que evidencia nos cuidados continuados o aumento do apoio a utentes mais carenciados.

IV

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Tendo em conta as incertezas atrás referidas, o exercício de 2024 corresponderá a uma reflexão sobre a melhor estratégia para consecução da missão institucional e, seguramente, para o seu processo de estabilização financeira.

Refira e destaca-se dois factos que refletindo esses esforços correspondem a um reconhecimento e deverão ter um reflexo positivo, em particular, a partir do próximo ano: a atribuição da Convenção da ADSE (comunicada em dezembro de 2023) e o Prémio Caixa Social (em novembro de 2023) ao Projeto Sophia Cuida em apoio à formação e certificação de cuidadores informais.

Importa, ainda, referir a candidatura apresentada pela Fundação ao PRR relativa ao alargamento da Rede de Cuidados Continuados, particularmente para uma Unidade de Cuidados Paliativos com 10 camas, que decisão.

O ano de 2024 deverá corresponder ainda à abertura de avisos de candidatura a fundos do PRR, o Conselho de Administração manter-se-á atento a todos os avisos que sejam relevantes para a Fundação.

Manter-se-á na primeira linha de preocupação institucional, tal como o reforço da cooperação com parceiros Institucionais, em particular, com o ISS, a ARSC e com a Câmara Municipal de Coimbra.

O exercício de 2024 exigirá a concentração de esforços no âmbito da gestão organizacional e no sistema de informação, por forma não só a racionalizar custos, garantindo a eficácia e eficiência dos recursos, como também avançar na consolidação do ambiente digital, com vista ao aperfeiçoamento da produção de informação fundamentada e detalhada, com qualidade para o acompanhamento permanente e decisão atempada, uma e outra essenciais para a almejada estabilização financeira.

Para tanto, ainda, importará investir no incremento e diversificação das actividades instrumentais e na concretização do plano de investimentos em curso, seja no que se refere à Sophia Clínica, seja no que se refere à requalificação do Lar de S. Pedro e de toda a zona claustral, tendo em conta o plano estratégico de intervenção oportunamente apresentado à CMC e à DGCC, sendo que se manterá o esforço dirigido à identificação, análise e aplicação de medidas de melhoria de eficiência energética em todo o corpo edificado e à gestão de energia dos equipamentos, unidades e serviços institucionais.

Por último, mas não menos importante, continuará o esforço dirigido ao desenvolvimento, capacitação e motivação do quadro de colaboradores por forma a sedimentar a cultura institucional, reforçar a coesão e espírito de equipa e incrementar a eficiência e agilidade operacionais, consabidamente, determinantes na consecução do escopo institucional.

V

OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2023, a Fundação não tinha em mora qualquer dívida ao sector público estatal, administração fiscal e segurança social e, após o termo do exercício, não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

A Fundação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, sendo que não foram realizados negócios entre a Fundação e os membros do seu Conselho de Administração.

Inexistem sucursais ou quaisquer formas de representação da Fundação no país ou no estrangeiro.

VI

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido positivo, no montante de 165.465,55€, deverá ser transferido para a conta de resultados transitados.

VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração releva e agradece aos **parceiros institucionais** e a todas as pessoas e organizações públicas, sociais e privadas que se envolveram e colaboraram com a Fundação na realização das suas actividades com vista à consecução do escopo estatutário.

Desde logo,

Aos membros do **Conselho Fiscal**, Dr. Henrique Fernandes, Dr. Victor Carvalho dos Santos e Doutor Daniel Taborda, bem como a todos os membros do **Conselho Geral**, pela inestimável colaboração e acompanhamento institucional realizado.

À **Direcção Clínica**, Dr.^a Maria de Lurdes Correia e Dr. Vítor Carvalheiro, pelo apoio prestado à Fundação, aliás notoriamente exigente.

Às **gerentes** das sociedades comerciais do Grupo Sophia, Dr.^a Ana Estrela, Dr.^a Ana Costa Fernandes e Dr.^a Rita Carvalheiro, pelo árduo trabalho de gestão e de operacionalização das actividades da Fundação que, atenta a pressão da conjuntura, souberam realizar com notável eficiência e eficácia, aliás, *pro bono*, nos casos da Sophia Social e da Sophia Serviços.

Ao corpo clínico na justa medida da fidelidade demonstrada aos interesses institucionais.

Ao Revisor Oficial de Contas, senhor Dr. Vaz Ferrelra, pela capacidade de cooperação e diálogo no âmbito do processo de auditoria das demonstrações financeiras.

E muito especialmente,

Aos colaboradores, profissionais e voluntários, pelo zelo e diligência de que deram provas ao longo de um ano particularmente exigente.

Coimbra, 27 de maio de 2024

O Conselho de Administração

Voz por todos. Dr. Ribeiro
Dr. Fernando Almeida
Jorge Bernardino
Dr. João
Dr. João Bernardino

**FUNDAÇÃO
SOPHIA**

Fundação Particular de
Solidariedade Social

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2023

FUNDAÇÃO SOPHIA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3;5	5 119 532,04	5 199 000,65
Propriedades de investimento	3;5	47 640,54	97 520,34
Ativos intangíveis	3;5	-	1 640,32
Investimentos financeiros	3;15	149 284,53	136 325,49
Subtotal		5 316 457,11	5 434 486,80
Ativo corrente			
Inventários	3;8	138 703,39	167 425,74
Clientes e utentes	3;15	720 160,56	702 683,61
Adiantamentos a fornecedores	15	3 425,46	19 415,46
Estado e outros Entes Públicos	3	136,20	4 674,65
Outras contas a receber	3;15	537 354,35	655 195,11
Diferimentos	3;15	12 253,24	148 410,34
Caixa e depósitos bancários	3;15	909 536,83	656 621,90
Subtotal		2 321 570,03	2 354 426,81
Total do Ativo		7 638 027,14	7 788 913,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	3 382 115,01	3 382 115,01
Resultados transitados	15	1 357 410,22	1 857 343,40
Ajustamentos em activos financeiros	15	235,00	235,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	496 087,12	516 041,87
Resultado Líquido do período		165 465,55	(499 933,18)
Total do fundo do capital		5 401 312,90	5 255 802,10
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3;6;7	476 805,59	665 595,18
Subtotal		476 805,59	665 595,18
Passivo corrente			
Fornecedores	3;15	556 529,83	647 579,43
Adiantamentos de clientes e utentes	15	117 595,86	77 157,12
Estado e outros Entes Públicos	3	69 502,25	82 550,90
Financiamentos obtidos	3;6;7	534 483,44	448 606,92
Diferimentos	3;15	1 905,00	22 331,33
Outras contas a pagar	3;15	479 892,27	589 290,63
Subtotal		1 759 908,65	1 867 516,33
Total do passivo		2 236 714,24	2 533 111,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 638 027,14	7 788 913,61

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinatura do Conselho de Administração


FUNDAÇÃO SOPHIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

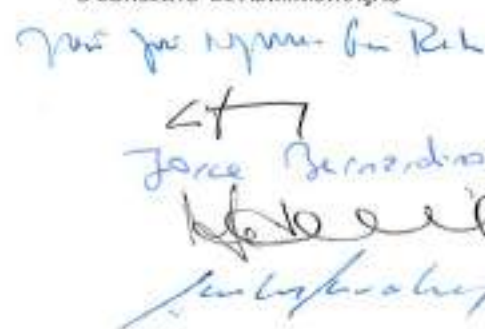
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	2 094 786,65	2 379 805,05
Subsídios, doações e legados à exploração	10	961 440,97	884 015,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(633 239,84)	(687 460,67)
Fornecimentos e serviços externos	15	(819 870,44)	(966 931,08)
Gastos com o pessoal	13	(1 671 873,56)	(1 728 827,69)
Perdas por imparidade		(578,77)	(125,64)
Reversões		7 634,98	2 298,91
Outros rendimentos e ganhos	15	676 029,79	89 260,35
Outros gastos e perdas	15	(239 960,69)	(296 895,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		374 369,09	(324 860,21)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(164 124,92)	(158 560,19)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		210 244,17	(483 420,40)
Juros e rendimentos similares obtidos	15	523,02	523,06
Juros e gastos similares suportados	15	(45 301,64)	(17 035,84)
Resultados antes de impostos		165 465,55	(499 933,18)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		165 465,55	(499 933,18)

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Por por nome do Rel

 Jorge Bernardino
 Presidente

**diz****& associados-SROC, Lda****CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO SOPHIA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de € 7.638.027,14 (sete milhões, seiscientos e trinta e oito mil, vinte e sete euros e catorze cêntimos) e um total de fundos patrimoniais de € 5.401.312,90 (cinco milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e doze euros e noventa cêntimos), incluindo um resultado líquido positivo de € 165.465,55 (cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos)), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações de fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **FUNDAÇÃO SOPHIA**, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Diz & Associados - SROC, Lda - Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas
N.º 118 da Lista Oficial dos SROC - Contribuinte N.º 503 103 012 - CMM - 20161427

SEDE: Rua de S. João, 35 - 2.º B/C - (Edifício Iberl) - Av. da Liberdade - 1150321 Lisboa - Tel. 21 322 37 80 - Fax 21 322 37 89 - geral@desroc.pt - www.desroc.pt
Escritório - Coimbra: Rua do Castelo, n.º 24, Alga - 3040-661 Aveiro, Coimbra - Tel. 917 229 375 - jcazler@desroc.pt
Escritório - Lisboa: Estrada da Luz, 165 - 2.º Dt. - 1600-154 Lisboa - Tel. 21 726 14 09 - Fax 21 726 30 53 - julio@desroc.pt

An independent firm
associated with  **agn**
auditores

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

João Vas Ferreira

- o risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras, podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas.

Coimbra, 27 de maio de 2024

O Revisor Oficial de Contas

Assinado por: JOSÉ MANUEL BERNARDO VAZ
FERREIRA
Num. de identificação: 07925680
Data: 2024.05.25 07:05:07+01'00'



José Manuel Bernardo Vaz Ferreira (ROC nº1094)
Em representação de
DIZ & ASSOCIADOS, SROC, LDA (nº118)

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
da
FUNDAÇÃO SOPHIA
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E
VINTE E QUATRO

ACTA

LOCAL: Edifício-sede

PRESENTES:

- O senhor Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo, que presidiu;
- O senhor Dr. José Fernando Andrade da Costa Fernandes;
- O senhor Doutor Jorge Fernandes Rodrigues Bernardino;
- A senhora Dr.ª Maria de Lurdes Duarte Pedro Correia;
- O senhor Doutor Carlos Manuel Freire Cavaleiro.

Aberta a sessão, pelas catorze horas, foi confirmada a ordem de trabalhos previamente distribuída e manifestada a vontade de apreciar e, nos termos seguintes, deliberar sobre as matérias a que aquela se reporta. A saber: =====

Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2023 =====

O senhor Presidente certificou-se da prévia remessa aos senhores Conselheiros das demonstrações financeiras da Fundação, compreendendo o balanço em 31 de Dezembro de 2023, que evidencia um total de 7 638 027,14 Euros e de fundos patrimoniais no montante de 5 401 312,90 Euros, incluindo um resultado líquido do período de 165 465,55 Euros, a demonstração de resultados por naturezas e por valências e a demonstração de fluxos de caixa. =====
Verificou, ainda, o senhor Presidente ter sido remetido aos senhores Conselheiros o projecto de relatório de gestão, bem como o anexo às demonstrações financeiras e o relato sobre a auditoria realizada no âmbito do processo de certificação legal das contas pelo Revisor Oficial de Contas, senhor Dr. José Manuel Bernardo Vaz Ferreira.

Seguidamente o Conselho, procedeu à análise e detalhada apreciação das sobreditas demonstrações financeiras e seu anexo, bem como do relatório de gestão, e, tendo presente o teor do supra referenciado relato de auditoria, deliberou proceder à respectiva aprovação, aí incluída a proposta de aplicação do resultado líquido de 165 465,55 Euros, que será transferido para a conta de resultados transitados. =====

Atento o disposto no artigo 16º, número 2, alínea b), dos Estatutos e, sobretudo, o relevante contributo para a vida da Fundação prestado pelo Conselho Fiscal, mais determinou o Conselho que a sobredita deliberação aprovativa tenha eficácia diferida e condicionada à emissão de parecer favorável por parte do órgão de fiscalização. =====

CONDICIONALISMO DELIBERATÓRIO =====

Deixa-se consignado que não se registaram declarações de voto e que as deliberações transcritas foram aprovadas por unanimidade. =====

E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente acta registada em duas folhas processadas informaticamente, com versos em branco, a qual, após aprovação, será assinada pelos conselheiros presentes. =====


 José Bernardino

 João Bernardino

 António Bernardino

ACTA DA SESSÃO DO CONSELHO FISCAL
da
FUNDAÇÃO SOPHIA
de 30 de maio de 2024



Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação Sophia, estando presentes os Senhores Dr. Henrique José Lopes Fernandes, que presidiu, bem como os vogais, Dr. Victor Manuel Carvalho dos Santos e Dr. Daniel Martins Geraldo Taborda.

O Senhor Dr. Henrique Fernandes declarou aberta a sessão pelas dezanove horas, após o que o Conselho Fiscal passou a debruçar-se sobre a matéria constante da convocatória: Apreciação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2023. O Conselho Fiscal procedeu à análise detalhada da documentação remetida pelo Conselho de Administração, ou seja, o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo. Também analisou a certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, que não contém quaisquer reservas ou ênfases.

Tudo ponderado, o Conselho Fiscal deliberou aprovar e exarar em ata o seguinte parecer:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, deve o Conselho Fiscal elaborar parecer sobre o relatório e contas, no caso, relativas ao exercício de 2023, cujas demonstrações financeiras evidenciam um total de ativo de 7.638.027,14€ e um total de fundos patrimoniais de 5.401.312,90€, que inclui um resultado líquido positivo no montante de 165.465,55 €. Este valor contém o resultado extraordinário da alienação de um imóvel, operação descrita na ata deste órgão de 14 de novembro de 2023.

2. O Conselho Fiscal foi tomando conhecimento da atividade desenvolvida pela Fundação no exercício de 2023, através das informações prestadas pelo Conselho de Administração, contando, em particular, com a preciosa colaboração do administrador-executivo.
3. Em conformidade, o Conselho Fiscal delibera emitir parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas de 2023, porquanto entende que nada chegou ao seu conhecimento de que a imagem verdadeira e apropriada da Fundação esteja comprometida, tal como confirmado pela opinião expressa sob a forma positiva na certificação legal das contas, datada de 27 de maio de 2024.
4. O Conselho Fiscal agradece toda a colaboração que lhe foi dispensada pelo Conselho de Administração, não podendo deixar de continuar a incentivar a realização de programas, ações e iniciativas que permitam ultrapassar os desafios que se deparam à Fundação Sophia.

E nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão de que, para constar, se lavrou a presente ata registada em uma folha com os versos em branco, a qual vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.



(Dr. Henrique Fernandes)



(Dr. Victor Carvalho dos Santos)



(Dr. Daniel Taborda)

QUADRO DE MONTANTES DISCRIMINADOS DE APOIOS FINANCEIROS PÚBLICOS		
2023		
ISS, I.P. - Centros Distritais	910 952,01 €	
IEFP, I.P.	14 483,10 €	
PO ISE	5 062,50 €	
TOTAL		930 497,61 €